

Fernando Molica

Dois irmãos em conflito

O nome do morro carioca — Dois Irmãos — onde turistas ficaram isolados por um tiroteio indica uma cidade marcada pela dicotomia entre asfalto e favela. Dois irmãos que, vivendo juntos, não conseguem negar suas diferenças e se mostram cada vez mais incapazes de exercitar alguma fraternidade.

A imagem dos visitantes presos no cocuruto do morro poderia entrar num clipe de “Rio 40 graus” (“Purgatório da beleza e do caos”), de Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Carlos Laufer. Ilustra um isolamento que muitos não aceitam ver — ou o admitem, desde que circunscrito aos moradores de favelas, vítimas frequentes de confrontos.

Confinados diante de uma paisagem deslumbrante, cercados pela mata e pelo mar, aquelas pessoas experimentaram, por cerca de uma hora, um inferno bem conhecido por habitantes de comunidades pobres da cidade. O curioso é que, desta vez, o morro, aqui como sinônimo de favela, é que estava aos pés dos visitantes, algumas centenas de metros abaixo deles.

A situação remete a uma série de relatos que exploraram contradições entre irmãos: o certinho e o desvairado; o religioso e o ateu; o estudioso e o relapso; o trabalhador e o vagabundo; Caim e Abel; Pedro e Paulo de “Esaú e Jacó”, de Machado de Assis; Yaqub e Omar do romance de Milton Hatoum batizado com o mesmo nome do penhasco duplo que se ergue no fim do Leblon.

Durante muitas décadas, houve por aqui alguma convivência entre o irmão rico e o pobre; uma relação que, embora nascida da suprema crueldade da escravidão, forjou a cultura carioca e permitiu o desenvolvimento do ritmo que melhor nos traduz.

O samba ganhou tamanha força não por ter crescido isolado no morro, mas por ter dialogado com a cidade branca.

O Rio e o Brasil são herdeiros de uma cultura nascida do convívio entre diferenças. Mas não haveria como sustentar para sempre um relacionamento minado pelo abismo social, pelo racismo, por diferentes formas de discriminação. O país preferiu radicalizar sua versão do apartheid, investir no aumento das distâncias, acreditou na construção de cercas, de muros cada vez mais altos.

Aqueles homens e mulheres presos no alto do morro servem de metáfora de uma sociedade construída com base no isolamento. Eles e elas representam o impasse e o beco sem saída que há séculos são erguidos por aqui. Uma separação tão grande que virou armadilha; mecanismo que acabou disparado pela ação da polícia, instituição criada para controlar as tais classes perigosas. O chavão sobre feitiço que vitima o feiticeiro é quase inevitável.

As pessoas que lá ficaram sitiadas acabaram servindo de exemplo de um Brasil que acha possível manter a miséria e, mesmo, dela usufruir — é como assistir de camarote ao desfile de escolas de samba nascidas na pobreza. A trilha que leva ao Dois Irmãos segue a mesma lógica: para chegar até seu início é preciso atravessar a favela do Vidigal, algo que acrescenta pitadas de exotismo e de aventura à jornada.

Em busca da alvorada lá no morro — que beleza! —, aqueles turistas testemunharam mais um repetitivo poente de um país que insiste em errar, que teima em excluir, que aposta na separação. Música parada sobre uma montanha em movimento, como diz Chico Buarque na canção “Dois irmãos”.

Tales Faria

Lula se prepara para enfrentar Donald Trump nas eleições

Trump não está se saindo bem na guerra ao Irã. O tarifaço contra dezenas de países desorganizou a economia mundial. Mais ainda, a dos Estados Unidos. O presidente dos EUA sofre uma enorme queda de popularidade e ainda terá que ressarcir empresas norte-americanas, por ordem da Justiça, em US\$ 166 bilhões por causa do tarifaço.

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho Zero-Três do ex-presidente Jair Bolsonaro, chegou a viajar para os EUA em campanha para que Donald Trump aplicasse o tarifaço contra o Brasil a fim de evitar a prisão de seu pai. Trump seguiu o roteiro. Sobretaxou em até 50% as exportações brasileiras em carta na qual citou Jair Bolsonaro. Só fez aumentar a popularidade do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e acabou recuando. Após encontro com Lula, disse até que “pintou um clima”.

Jair Bolsonaro está preso. Eduardo perdeu o mandato e exilou-se nos EUA. Seu irmão, o pré-candidato a presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), levará para a campanha eleitoral a marca antipatriótica de ter pedido um navio de guerra dos EUA na Baía da Guanabara.

Logo que Trump assumiu, o clã tentou adotar o boné do Maga (Make America Great Again) usado na sua campanha presidencial. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), chegou a colocá-lo na cabeça. Mas o marqueteiro de Lula, Sidônio Palmeira, distribuiu bonés azuis dizendo: ‘O Brasil é dos brasileiros’. Os bolsonaristas jogaram fora seus bonés do Maga e Tarcísio nunca mais se deixou fotografar com um deles.

Agora, às vésperas da campanha eleitoral por

aqui, Donald Trump acena com ameaças. Primeiro, sugere que o PCC e o Comando Vermelho não são simples organizações criminosas, mas entidades terroristas. Portanto sujeitas às leis dos EUA que permitem invasão de países para caçar terroristas.

Lula respondeu que já combate o crime organizado e que deu a Trump endereços de ‘bandidos’ que moram nos EUA para que sejam presos. “Tem alguns bandidos brasileiros que moram em Miami, mandei para eles o nome e o endereço. Querem combater o crime organizado? Vamos combater. Manda os meus para cá que nós vamos colocar no Xilindró”, disse Lula.

Neste final de semana, foi expulso dos EUA o delegado da Polícia Federal brasileira Marcelo Ivo de Carvalho que atuou na prisão do ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem. Alegou-se que ele tentou contornar legislação que garante permanência no país de estrangeiros com pedido de extradição até que sejam julgados esses pedidos.

Lula afirmou nesta terça-feira, 21, em Hannover, na Alemanha, que ainda não tinha detalhes sobre o caso, mas que o governo vai reagir:

“Fui informado hoje de manhã. Se houve um abuso americano com relação ao nosso policial, nós vamos fazer a reciprocidade com o dele no Brasil.” Acrescentou que não aceitará “essa ingerência e esse abuso de autoridade que algumas pessoas americanas querem ter com relação ao Brasil.”

Na verdade, a avaliação do presidente e do PT é de que o enfrentamento contra Trump pode ajudar na campanha pela reeleição de Lula, da mesma forma que ajudou nos embates anteriores.

Márcio Coimbra*

Terceira República Islâmica

O sistema internacional, habituado a crises cíclicas no Oriente Médio, assiste agora a algo sem precedentes: um cessar-fogo de 14 dias entre Washington e Teerã, selado com precisão cirúrgica pelo Paquistão. O chamado Acordo de Islamabad não é apenas um hiato nos bombardeios, mas o reconhecimento formal de que a República Islâmica transmutou-se radicalmente. O Irã de hoje não é mais governado por clérigos em busca do martírio, mas por generais em busca de sobrevivência. Este desfecho é realpolitik em estado puro. Enquanto analistas românticos previam uma “Primavera Persa”, o cenário que se confirmou foi a conversão do regime em uma estrutura puramente pretoriana. O “Estado profundo” iraniano utilizou o caos das ruas para remover o clero ineficiente e consolidar o poder sob o cano das armas.

A morte de Ali Khamenei serviu como o catalisador final para esse processo, fazendo emergir das cinzas a consolidação definitiva do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) como o verdadeiro senhor do Estado. Embora Mojtaba Khamenei ocupe o trono nominal, ele governa sob a tutela de figuras como Mohammad Baqir Qalibaf, Presidente do Parlamento do Irã. Entramos, assim, na era da “Terceira República Islâmica”, onde a ideologia se tornou um mero adereço para a manutenção de privilégios econômicos de generais-empresários que gerenciam um conglomerado militar-industrial massivo e extremamente pragmático. Esse pragmatismo permitiu o cessar-fogo quando a Guarda Revolucionária compreendeu que a ameaça de Trump de destruir a infraestrutura física do país atingiria sua própria base de riqueza e controle social.

O regime parece agora abraçar um modelo híbrido: por um lado, a face externa de uma “venezuelização”, com uma liderança que negocia o alívio de sanções para manter o fluxo financeiro da cúpula, por outro, o “modelo egípcio” de estabilidade autoritária, que troca o fervor revolucionário pela gestão previsível de ativos

estratégicos, como o Estreito de Ormuz. Do outro lado da mesa, o cálculo de Donald Trump reflete uma mudança drástica, abandonando o papel de polícia global. Com a independência energética dos EUA, Ormuz deixou de ser uma prioridade direta de segurança nacional para Washington, tornando-se um problema dos aliados europeus e asiáticos. Ao exigir que o Irã reabra o estreito em troca da suspensão de sanções, Trump está, na prática, terceirizando a segurança marítima. É a diplomacia transacional levada ao limite, onde o isolacionismo estratégico encontra a extorsão diplomática.

A mediação do Paquistão, liderada por Shehbaz Sharif e o Marechal Asim Munir, foi o pilar de equilíbrio que evitou o abismo. Islamabad prefere um Irã sob a tutela de generais pragmáticos do que um Estado falido exportando instabilidade para as fronteiras do Baluchistão. Contudo, esse otimismo é frágil. A interconexão entre os teatros de guerra da Ucrânia e do Irã criou um monstro logístico difícil de dismantelar, onde os drones que atingem Kiev são os mesmos que garantem ao IRGC sua alavanca de dissuasão no Golfo. O que assistimos neste momento é o experimento de converter uma teocracia revolucionária em uma autocracia mercantilista. O futuro do Irã repousa na capacidade de generais cínicos e de um presidente americano transacional de encontrarem um preço comum para a estabilidade, enquanto a população iraniana aguarda para ver se a República das Fardas será mais duradoura — ou apenas mais violenta — que a República dos Turbantes.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**